

ACÇÕES DE INCENTIVO À LEITURA E FORMAÇÃO DE LEITORES EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO BRASIL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Fábio Aparecido Moreira¹
Roberto da Silva²

RESUMO

O presente trabalho consiste em traçar um panorama mais atualizado em relação às práticas, espaços, projetos e programas de incentivo à leitura em estabelecimentos prisionais de diferentes regiões do Brasil. Considerando a Educação em seu sentido mais integral, o acesso, o incentivo e a formação de leitores tornam-se direito daqueles que perdem temporariamente sua liberdade, direito este sistematicamente violado pela até então incipiente política de Educação nas prisões do país, ainda em fase de consolidação, por meio do Plano Nacional de Educação em Estabelecimentos Penais, que preconiza que todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal devem elaborar e implementar seus respectivos Planos Estaduais. Nesse trabalho, originário de pesquisa realizada para o Ministério da Educação do Brasil em parceria com a Organizações dos Estados Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura, buscaremos evidenciar, com dados e informações levantados *in loco*, os aspectos que acometem a possibilidade de que o desenvolvimento do hábito leitor seja possibilitado pelas ações educacionais e culturais promovidas no interior das prisões brasileiras, já que as competências desenvolvidas por meio do hábito da leitura adquirem, para os prisioneiros, contornos especificamente importantes em relação a sua formação, ao contato familiar, à comunicação geral com o mundo externo e ao exercício daqueles direitos não atingidos pela sentença de condenação.

Palavras-Chave: Política Educacional, Educação de Jovens e Adultos, Educação em Regimes de Privação da Liberdade, Sistema Penitenciário

ABSTRACT

The present work is to give an overview over current on the practices, spaces, projects and programs to encourage reading in prisons in different regions of Brazil. Considering Education in its most comprehensive, access, training and encouragement from readers become the right of those who temporarily lose their freedom, a right to systematically violated by the emerging politics of education in the prisons of the country, still in consolidation phase through the National Plan for Education in Penal Establishments, which states that all Brazilian states and Federal District shall prepare and implement their State Plans. In this work originates from research conducted for the Ministry of Education of Brazil in partnership with the Organization of American States for Education Science and Culture, will seek to demonstrate, with data and information in situ, aspects that affect the possibility that

¹ Graduado em Letras pela *Universidade Estadual Paulista* (1996) e Mestre em Educação pela *Universidade de São Paulo* (2008). É componente do *Grupo de Estudos em Educação em Regimes de privação da Liberdade* (GEPÊPrivação). E-mail: fabiogeduc@usp.br

² Professor Livre Docente do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da *Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo*. E-mail: kalil@usp.br Home Page: www.usp.br/pedagogiasocial No Skype ou Messenger: robsilvausp

the developing the habit reader is made possible by educational and cultural activities promoted within Brazilian prisons, as the skills developed through the reading habit acquire, for the prisoners, outlines specifically important in relation to their training, family contact, communication general with the outside world and the exercise of those rights not affected by the judgment of conviction

Keywords: Education Policy, Education Youth and Adult, Education at Systems of Deprivation of Freedom, Prison System.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo consiste em traçar um panorama mais atualizado em relação às práticas, espaços, projetos e programas de incentivo à leitura em estabelecimentos prisionais de diferentes regiões do Brasil. Considerando a Educação em seu sentido mais integral, o acesso, o incentivo e a formação de leitores tornam-se direito daqueles que perdem temporariamente sua liberdade, direito este sistematicamente violado pela até então incipiente política de Educação nas prisões do país, ainda em fase de consolidação, por meio do Plano Nacional de Educação em Estabelecimentos Penais, que preconiza que todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal devem elaborar e implementar seus respectivos Planos Estaduais. Nesse trabalho, originário de pesquisa realizada para o Ministério da Educação do Brasil em parceria com a Organizações dos Estados Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura, buscaremos evidenciar, com dados e informações levantados *in loco*, os aspectos que acometem a possibilidade de que o desenvolvimento do hábito leitor seja possibilitado pelas ações educacionais e culturais promovidas no interior das prisões brasileiras, já que as competências desenvolvidas por meio do hábito da leitura adquirem, para os prisioneiros, contornos especificamente importantes em relação à sua formação, ao contato familiar, à comunicação geral com o mundo externo e ao exercício daqueles direitos não atingidos pela sentença de condenação.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA FORMAÇÃO DE LEITORES

A leitura é uma prática que há muito faz parte da cultura das mais diversas civilizações e humanas, juntamente com outras práticas culturais desenvolvidas por grande parte das civilizações. Tal atividade ocorre dentro de um contexto sócio-histórico, influenciando e sendo influenciada por ele e pela subjetividade dos seres humanos que realizam tal ato. Cumpre ressaltar que a expressão leitura não pode ser aplicada somente quando nos referimos aos textos escritos, mas está

intrinsecamente ligada ao mundo em que texto e leitura ocorrem. Por isso, tal ato acaba por adquirir contornos muito mais complexos do que a simples decodificação de códigos escritos. Isso aponta para a necessidade de uma compreensão crítica do ato de ler, conforme assinala Paulo Freire (1988, p. 09):

(...) que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Temos a oportunidade de ler o mundo antes mesmo de conhecermos as palavras escritas, pois interagimos com o ambiente desde o momento em que nascemos. Essa interação é construtora de experiências, vivências e aprendizagens que em muito influenciam nossos modos de ler o mundo, as palavras e os textos. Dessa forma, o texto não pode ser considerado uma unidade autônoma e atemporal, mas algo que adquire sentidos diversos e muitas vezes distantes do ideal - já ultrapassado - de recuperar a “mensagem original” da obra. A leitura adquire definitivamente seu caráter interpretativo, e interpretar um texto é produzir significados, o que confere ao leitor um papel ativo em relação ao texto, ao ponto de sua participação promover uma recriação da obra, fazendo com que esta supere a condição de “mero artefato artístico a objeto estético, passível de contemplação, entendimento e interpretação”. (ZILBERMAN, 2005, p.51.).

Formar leitores significa, então, romper com essa cultura educacional tradicional que, ao invés de aproximar, acaba por afastar as pessoas dos livros e da leitura, a partir de uma abordagem que possa valorizar as experiências e conhecimentos preexistentes dos leitores como componentes de igual importância que o texto lido na produção de significações e ressignificações inerentes ao ato de ler as palavras, os textos, as obras e o mundo.

EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO DE LEITURA DESENVOLVIDAS EM ESTABELECIDAMENTOS PENAIS EM DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL

A fim de obter informações importantes para esta pesquisa, conhecer, ver e ouvir as experiências, impressões e perspectivas dos protagonistas desse processo

(professores, dirigentes, funcionários e prisioneiros), foi realizada pesquisa de campo, na qual foram visitados seis estabelecimentos penais. Considerando a imensidão geográfica de nossa nação e os limites temporais (prazos) e estruturais a que estão sujeitas todas as modalidades de pesquisa, os locais visitados foram assim divididos e sob os seguintes critérios: dois em São Paulo, (um na capital e um no interior) representando a Região Sudeste e o maior Sistema Penitenciário da América Latina; três estabelecimentos em Campo Grande-MS, representando a Região Centro-Oeste; uma Penitenciária em Maringá-PR, representando a Região Sul do país. Nesta unidade prisional, ocorreu o maior número de pesquisas acadêmicas sobre leitura em prisões do Brasil.

Tais regiões representam os três maiores sistemas penitenciários do país, cujas realidades, afinidades e particularidades podem oferecer informações que julgamos importantes ao menos para se traçar um panorama sobre a realidade das experiências e práticas de mediação de leitura nas prisões do Brasil.

REGIÃO SUL: MARINGÁ - PR O CASO DA PEM

Informações Gerais

A PEM – Penitenciária Estadual de Maringá - é uma unidade de regime fechado, de Segurança Máxima e que possui uma ala de regime semiaberto, inaugurada em abril de 2008. No total, abriga 360 internos, os quais ocupam a capacidade total do presídio. Ali, funciona um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA, que é uma escola estadual cujas extensões são as salas de aulas localizadas em estabelecimentos penais da região de Maringá.

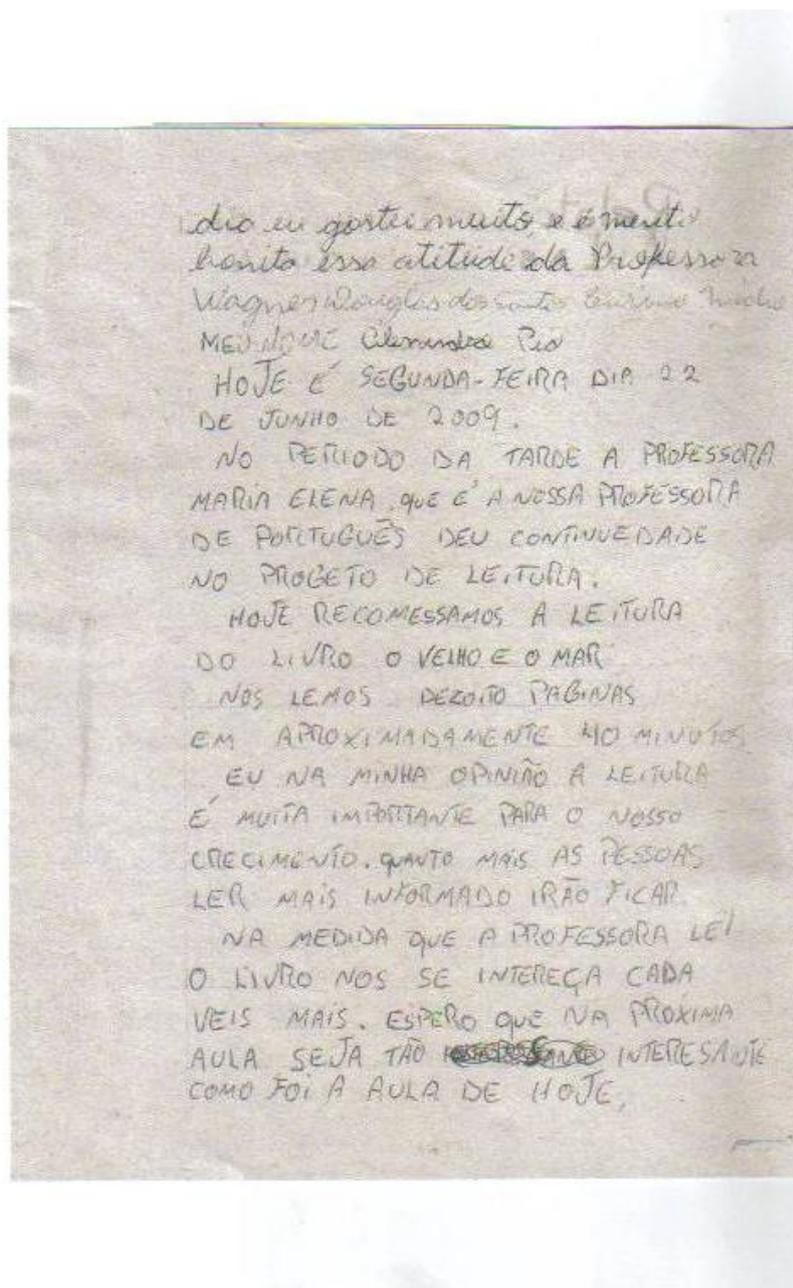
Experiências e práticas de mediação de leitura na PEM

Na Penitenciária Estadual de Maringá, as ações de leitura são planejadas e mediadas pelas professoras responsáveis pela disciplina de Língua Portuguesa, cada uma com suas respectivas turmas, ou seja, as ações são voltadas exclusivamente para aqueles que frequentam as aulas e acontecem apenas durante o horário das mesmas.

Nesta unidade penal, duas professoras de Português têm realizado algumas atividades de leitura com os alunos, conforme passamos agora a descrever:

A Professora Maria Helena realizou, durante o ano de 2009, ação específica voltada ao incentivo à leitura. As atividades, chamadas *Projeto de Leitura*,

consistiam em sessões de leitura, nas quais os estudantes acompanhavam a leitura em voz alta, feita pela professora, de capítulo por capítulo do livro *O Velho e o Mar*, de Ernest Hemingway. Durante a leitura, a professora ia trabalhando de forma expositiva conceitos relacionados à Teoria da Literatura como personagens, verossimilhança etc. Ao final da atividade, um dos alunos participantes era encarregado de elaborar um relatório, registrado em caderno próprio, como podemos ver na imagem abaixo, em que digitalizamos um desses relatórios:



Maria Helena relata que, antes mesmo de determinar a leitura em sala de aula, alguns dos alunos retiraram os exemplares daquele título disponíveis na biblioteca e

os leram por conta própria. A professora relata também que alguns dos alunos resistiam às atividades, pois queriam “aula mesmo”. Por esta e por outras razões, como a necessidade de tempo para as outras atividades escolares e a ausência de volumes suficientes para toda a turma, o projeto está atualmente interrompido.

Outra ação detectada no mesmo estabelecimento prisional foi realizada por outra professora de Língua Portuguesa que ali atua. A Professora Maria do Carmo nos relatou que, durante os anos de 2008 e 2009, trabalhou com suas turmas do 2º Segmento do Ensino Fundamental o que chamou de *Projeto de Leitura e Letramento*. Tais atividades consistiram em leituras coletivas de textos, discussões e produção de textos acerca dos mesmos. A modalidade de texto escolhida para as atividades foi a fábula. As discussões e textos produzidos pelos alunos participantes tinham como objeto os valores e a “moral da história” presentes nos textos escolhidos pela professora e reproduzidos para todos os participantes.

As atividades realizadas promoveram a produção de diversos textos premiados em concursos de redação em nível estadual e concorrendo com diversas instituições de ensino. Houve também grande repercussão na comunidade e ampla cobertura da mídia, o que deu muita visibilidade, ainda que temporária, às atividades educacionais em geral e à própria unidade penitenciária.

REGIÃO CENTRO-OESTE: CAMPO GRANDE – MS

Informações gerais

O sistema penitenciário sul-mato-grossense possui uma população de 10.889 prisioneiros divididos em 44 unidades prisionais (INFOPEN/MJ, 2010). Deste total, 1.225 freqüentam as escolas nos estabelecimentos penais. Nesta Unidade da Federação, a educação nos estabelecimentos penais é proporcionada a partir de um entendimento entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, por meio da AGEPEN - Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário e a Secretaria de Estado da Educação. Tal parceria culminou com a criação da Escola Estadual Polo Profa. Regina Lúcia Anffe Nunes Betine, cujas extensões são as salas que funcionam nos presídios desse Estado.

Nesse Estado, foi possível realizar visita para a investigação sobre as bibliotecas e atividades de leitura em três estabelecimentos penais da capital, os quais enfrentam muitas dificuldades em relação ao tema, conforme passamos agora

a apresentar:

Presídio de Segurança Máxima “Jair Ferreira Carvalho”

Trata-se de um estabelecimento de Segurança Máxima, que abriga atualmente 1.680 prisioneiros, sendo que sua capacidade seria para 640. O espaço destinado à escola, onde funciona a biblioteca, fica em um pavilhão central, onde a circulação dos professores, funcionários e dos 108 alunos que frequentam esse ambiente é rigorosamente controlada.

Neste estabelecimento penal, a diretoria informou que, desde 2006, quando houve uma rebelião que praticamente destruiu a penitenciária, não houve nenhum projeto, programa ou ação de incentivo à leitura e à formação de leitores. A biblioteca está sendo reestruturada e no momento apenas os que frequentam as aulas têm acesso ao empréstimo dos poucos volumes que existem na unidade. Observe as imagens desse ambiente:

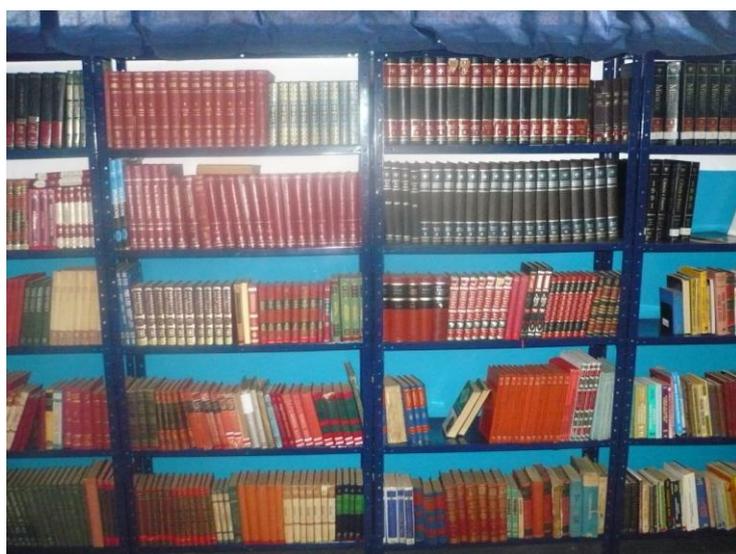


Imagem da estante principal, onde se pode notar a prevalência de enciclopédias antigas e publicações jurídicas.



Estantes vazias “aguardando” a aquisição de novos volumes.

Instituto Penal de Campo Grande

De acordo com as informações obtidas junto à direção da unidade, este estabelecimento penal tem capacidade para abrigar 260 sentenciados, mas possui atualmente a população de 844 presos. Deste total, cerca de 180 participam das atividades escolares.

A biblioteca fica em uma área externa aos pavilhões, na Administração da unidade. Observe a imagem desse espaço:



O sentenciado S. F., um dos responsáveis pela pequena biblioteca da unidade.

Também neste estabelecimento penal, desde a rebelião simultânea ocorrida em 2006, não houve nenhum projeto, programa ou ação de incentivo à leitura e à formação de leitores.

Atualmente, a equipe de professores, com o apoio da equipe técnica e do setor de segurança e disciplina, tem tentado ao menos garantir o acesso aos livros por meio de um carrinho de supermercado que passa diariamente na escola e uma vez por semana nos pavilhões. Caso queiram ter acesso à biblioteca para a retirada de livros, os internos, sejam eles alunos ou não, devem solicitar autorização prévia da diretoria, que analisa caso a caso quanto à conveniência ou não da circulação de determinado prisioneiro.

REGIÃO CENTRO-OESTE: BRASÍLIA - DF

Penitenciária Feminina do Distrito Federal

Conforme as informações obtidas com a Chefe do Núcleo de Ensino - Nuen dessa unidade prisional, Sra. Ivone Torres Lima, a Penitenciária Feminina do Distrito Federal possui uma população total de 567 sentenciadas, distribuídas em uma ala de Regime Fechado e outra, anexa, de Regime Semiaberto, sendo que a sua capacidade total é para 300 internas. Deste total, cerca de 120 mulheres participam das atividades escolares.

Tais atividades são ministradas por professores da Rede Estadual, lotados pela Fundação de Amparo ao Preso do Distrito Federal – Funap – DF, que é uma fundação ligada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e é responsável pelos programas de Educação, Cultura, Formação Profissional e pelo oferecimento de trabalho remunerado para os sentenciados.

O estabelecimento penal possui atualmente duas bibliotecas: uma localizada nas dependências do Núcleo de Ensino (onde se localiza a escola) e outra no pátio principal. A primeira é composta majoritariamente de livros didáticos (cerca de 1500 volumes) e é mais utilizada para apoiar alunas e professores nas atividades escolares, enquanto a segunda é aberta a toda a população do estabelecimento. Vejamos a imagem da biblioteca da escola:



Esta segunda biblioteca foi instalada em 2008 e teve seu acervo de cerca de 4000 volumes adquirido por meio de uma parceria entre a unidade, entidades sociais e uma rede de combustíveis que patrocina o *Projeto Bibliotecas Casa do Saber: Bibliotecas para todas as regiões do Distrito Federal*.

Antes da existência dessa estrutura, as atividades de leitura consistiam na passagem de caixas de livros itinerantes que circulavam pelos pavilhões, o que não era muito prático, devido ao peso das caixas e à dificuldade de controle dos empréstimos, pois não havia qualquer tipo de ficha. Segundo nos relata a Sra. Ivone, nesta época era muito baixo o número de sentenciadas que praticavam o hábito da leitura.

Foi neste contexto que, em 2008, a unidade foi incluída no projeto patrocinado pela rede Gasol de Combustíveis, recebendo cerca de 4000 volumes e, com o apoio da bibliotecária ligada ao Projeto Casa do Saber, estruturou a biblioteca principal e ainda uma outra menor, com cerca de 250 volumes, para as cerca de 80 sentenciadas que cumprem pena na ala destinada ao Regime Semiaberto e que não podem ter acesso ao pátio central, onde fica a biblioteca maior. Veja a imagem do local:



Este trabalho integrado produziu resultados interessantes, conforme relata a Chefe do Núcleo de Educação, que ressalta ter havido um significativo aumento no número e no tempo dedicado e de sentenciadas que praticam a leitura, diminuindo o ócio improdutivo e melhorando, inclusive, a disciplina da unidade. Um outro resultado dessa iniciativa foi o Concurso de Redação, realizado em 2008, cujas produções foram consideradas resultado direto do aumento do número de pessoas que passaram a praticar a leitura.

O encerramento e premiação do concurso foi um evento que teve a participação de diversos setores e ampla cobertura da mídia local, divulgando o trabalho e incentivando-o ainda mais. Atualmente, ainda é alto o número de leitores na unidade, cuja biblioteca realiza cerca de 300 empréstimos por mês.

É necessário destacar também alguns aspectos negativos relacionados à leitura nesta unidade prisional. Primeiro, é que não houve mais nenhuma ação de incentivo à leitura ou à formação de leitores após o concurso de 2008. A dirigente que nos recebeu chegou a pedir algumas indicações de atividades desta espécie para que pudesse retomar estas atividades. Segundo, é que os imperativos de vigilância e segurança ainda acabam prevalecendo sobre as ações de

ressocialização: ao nos dirigirmos à biblioteca principal para produzir fotos do local, encontramos todos os cerca de 4000 volumes jogados ao chão, abertos, sujos e muitos deles amassados, pois o pessoal da Segurança realizara uma vistoria no dia anterior com o pretexto de localizar pequenas porções de droga que ali estariam escondidas, sem tomar nenhum cuidado em preservar os volumes. A chefe do Núcleo de ensino não autorizou o registro desta forte e desagradável imagem. Apenas uma imagem da fachada dessa biblioteca foi liberada. Observe:



REGIÃO SUDESTE: SÃO PAULO

São Paulo - Informações gerais

Os números referentes ao sistema penitenciário paulista impressionam: segundo informações da Secretaria de Administração Penitenciária – SAP (2009), são 154.000 presos, divididos em 146 unidades prisionais, localizadas na capital, litoral e interior do Estado. Desta população, a porcentagem dos que participam das atividades educativas não ultrapassa os 14%, em um universo em que aproximadamente 75% não completou o Ensino Fundamental. A educação nos presídios em SP é de responsabilidade da Fundação de Amparo ao Preso “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” - FUNAP, que também se ocupa de atividades ligadas à Cultura, Formação Profissional e ao oferecimento de trabalho remunerado.

Atualmente, a situação da Educação no sistema penitenciário passa por um quadro de indefinição política quanto a qual seria o órgão adequado para ser

responsável pela educação em prisões, pois a FUNAP, até hoje, não teve condições de estabelecer uma política pública de educação nas prisões paulistas. Sua atuação não atende às exigências nem da Lei de Execução Penal, nem da LDB e nem das recentemente aprovadas Diretrizes Nacionais para a Educação em prisões. Esta última legislação indica, por exemplo, que a Educação de Jovens e Adultos nas prisões seja realizada por professores efetivos na carreira do magistério. A FUNAP, porém não pode ter professores em seu quadro, sendo que o requisito exigido para atuar como educador nos presídios paulistas por ocasião dos concursos públicos realizados foi o Ensino Médio (MOREIRA, 2008, p. 50).

Desta forma, mesmo apresentando ao longo dos últimos quinze anos uma série de boas práticas desenvolvidas pelos educadores, que construíram uma rica experiência em educação nas prisões, o sistema penitenciário paulista enfrenta aspectos tão acometedores da qualidade do trabalho educativo que hoje se questiona a legitimidade do fato de a FUNAP ser a responsável pela Educação nas prisões do Estado de São Paulo, conforme assinala a seguinte afirmação:

O histórico da Funap demonstra – do início aos dias de hoje que, como representante do Estado, ela não tem condições de fazer os investimentos financeiros e humanos necessários para dotar o sistema penitenciário do Estado de São Paulo de uma política de Educação de adultos presos com a qualidade que se pretende para a educação pública e com o desafio que significa educar dentro da prisão (IDEM, 2008, p. 36).

Experiências e práticas de mediação de leitura na Penitenciária de Assis - SP

Como quase todos os presídios do interior paulista, a Penitenciária de Assis está localizada distante cerca de 10 km do centro do município de mesmo nome, o qual fica a 419 km da capital paulista. Trata-se de uma unidade destinada ao cumprimento de pena para pessoas do sexo masculino, em regime fechado. Sua capacidade é para 850 vagas, mas atualmente sua população total é de 1.287 prisioneiros, dos quais 250 frequentam a escola.

Nesta unidade penitenciária, foi possível conhecer uma experiência de mediação de leitura que muito nos chamou a atenção: o projeto *Perspectiva: Leitura e Produção de Textos*. Tal iniciativa, iniciada em março de 2009, é fruto de um trabalho integrado entre a diretoria responsável pela Educação, o educador

responsável pela coordenação da escola e uma psicóloga componente da Equipe Técnica da unidade.

O projeto consiste na promoção de encontros semanais, com a duração de duas horas, em uma das salas de aula. Os livros são colocados à disposição de todos em uma mesa central e cada um escolhe um (ou um título novo, ou continua com que estava lendo anteriormente), para a realização de leitura silenciosa durante uma hora e posterior debate por igual período, em que cada um fala um pouco sobre o que está lendo e o grupo vai colaborando nas reflexões. Os participantes que desejarem podem produzir textos, que serão revisados pelos responsáveis e eventualmente partilhados no grupo.

Outro aspecto deste projeto que nos chamou a atenção é a forma gradativa de se apresentar os livros aos leitores: nos primeiros encontros, são disponibilizadas revistas em geral e quadrinhos (“gibis” etc.). Depois de uma ou duas semanas, são acrescentados à mesa volumes infanto-juvenis (série “vaga-lume”, por exemplo) e, depois, obras, títulos e gêneros variados, dos chamados populares aos clássicos da Literatura Brasileira e Universal.

Por ocasião da realização deste trabalho de pesquisa, foi possível participar, como observador, de um desses encontros, conforme registramos na imagem abaixo:



Imagem de um dos encontros do projeto *Perspectiva: Leitura e Produção de textos*

O trabalho da Fundação Palavra Mágica nas prisões da região de Ribeirão Preto - SP

Evidenciando a importância da participação responsável organizada e competente da sociedade civil organizada em atividades de fomento à leitura nas unidades penitenciárias, passamos agora a descrever o trabalho que a Fundação Palavra Mágica realiza no interior de São Paulo.

O Clube de Leitura Palavra Mágica tem como objetivo fomentar a leitura como uma prática social e contribuir para formar uma nova geração de leitores.

Tal projeto fundamenta-se na reunião de pessoas interessadas na leitura de obras literárias, onde em encontros mensais, cerca de 20 leitores se encontram para conversar, refletir e expor suas ideias sobre um determinado livro.

A constituição de cada clube se dá a partir do interesse de um leitor mobilizado que se dispõe a atuar como agente de leitura voluntário. Este fica responsável por reunir um grupo de pessoas e definir junto a elas local e data para os encontros mensais.

Os agentes recebem orientações de como estimular a leitura e promover discussões críticas e mais aprofundadas sobre os assuntos suscitados em cada obra lida.

Os livros do programa são fornecidos pela Fundação Palavra Mágica na condição de empréstimo, cabendo a cada agente de leitura a responsabilidade pela distribuição deste material aos sócios do Clube, bem como, seu recolhimento e devolução.

Os clubes de leitura podem ser instalados em casas, escolas, igrejas, sindicatos, clubes de serviço, empresas, terminais de transporte, canteiros de obras, creches, asilos, presídios, associações de bairro, hospitais etc.

Dos clubes realizados com os neoleitores, 06 são em presídios localizados em Ribeirão Preto (SP) e Serra Azul (SP), em parceria com a Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP).

Com o convênio estabelecido com o MEC para implantarmos o Clube de Leitura com os neoleitores, oriundos ou frequentadores da Educação de Jovens e Adultos, foi possível implantar o projeto nos presídios através de suas escolas, as quais se enquadram nessa modalidade.

Dessa forma, foi estabelecida parceria com a FUNAP (Fundação de Amparo

ao Preso) , instituição já apresentada descrita nas *informações gerais* desta parte do trabalho.

A partir de contato com a Gerência Regional da FUNAP, os clubes para os sentenciados, alunos da EJA – 1º e 2º segmentos, nas Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto e nas Penitenciárias Masculinas I e II de Serra Azul vizinha a Ribeira Preto sede da Fundação Palavra Mágica..

Após contato com a direção de cada presídio, ocorre a realização de palestras de sensibilização sobre as práticas sociais da leitura e os sentenciados são convidados a participar dos clubes.

Um prisioneiro assumiu a tarefa, auxiliado pelo monitor da FUNAP, de divulgar o clube, recolher os nomes dos interessados e promover a escolha do livro que gostariam de ler. Os livros foram escolhidos, mediante acompanhamento técnico, procurando levar em consideração o nível de instrução educacional e o nível de compreensão leitora do grupo.

As reuniões dos clubes são realizadas mensalmente. Nessas oportunidades, os membros do clube devolvem o livro lido no mês anterior e recebem um novo livro, que é lido e debatido no encontro seguinte.

Como foram implantados 02 clubes em cada presídio, os membros dos clubes trocam os livros entre si e dessa forma leem 02 títulos por mês.

O monitor da Funap é a interface com a Fundação Palavra Mágica e participa de um programa permanente de formação dos mediadores de leitura recrutados para coordenar os clubes. Esta formação se dá de forma contínua durante todo o período de execução do Projeto, em encontros semestrais, com carga horária de 16 horas cada, com especialista em leitura e oficinas mensais para discutir e avaliar o processo de condução dos debates com os leitores durante os encontros, a abordagem dos temas das obras selecionadas, estudo e desenvolvimento de novos temas propostos, relato e troca de experiências e, ainda, orientação e dicas.

Dados do projeto

- Início em maio de 2009
- 06 clubes implantados
- 77 participantes
- 42 encontros

- 63 títulos lidos (até agosto 2010)
- 02 livros em médias lidos por mês (a média nacional é 4,7 livro/ano) (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2007)

Como nem sempre é possível, em caso de projetos dessa natureza, mensurar todo o impacto em tão curto espaço de tempo, um indicador importante para avaliar o efeito das ações da Fundação Palavra Mágica são os depoimentos dos beneficiados, que expressam desde as experiências vividas até a evolução pessoal e/ou profissional nesse período, e dos parceiros.

Eis algumas delas:

“Participar de um clube de leitura me dá sensação de liberdade, pois sei que cada livro lido por mim, traz o cheiro da rua.”, membro do Clube de Leitura da Penitenciária I de Serra Azul (SP).

“O livro é um excelente instrumento e ótimo exemplo. É muito melhor o filho ver um livro na mão de seu pai do que uma arma ou uma droga.”, Venilton Leonardo Vinci, reeducando da Penitenciária I de Serra Azul (SP).

“Com o projeto, percebemos o quanto se faz necessário divulgar o conhecimento adquirido através da leitura por meio de troca de idéias, sugestões e entendimentos, além de fornecer ferramentas que venham tornar a prática da leitura em um hábito contínuo fazendo que cada sentenciado sinta a necessidade de expressar seus sentimentos, tornando-se confiante em transmitir o conhecimento e as emoções adquiridas através da leitura.”, Michel, estagiário da Funap e agente de leitura na Penitenciária Masculina de Serra Azul.

“Através do contato entre livro, sentenciado, monitor e estagiário foi possível adquirir uma vasta concepção de quanto é importante suprir as necessidades do alfabetizando, além de facilitar no direcionamento da prática do ensinar. Esta experiência é uma maneira motivadora de transmitir aos sentenciados que todos necessitam de livros para o enriquecimento e o aprimoramento da leitura. Tanto professor e aluno colheram importantíssimas experiências na realização do projeto, onde os resultados obtidos forneceram novos meios no trabalho de

alfabetização.”, afirma Glauber, estagiário da Funap e agente de leitura na Penitenciária Masculina de Serra Azul.

“Após a implantação do clube de leitura, aumentou o acesso à biblioteca da penitenciária.”, Luzinete Delfina dos Santos, Diretora de Educação da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto.



Como este local funciona há apenas oito meses, os 2000 volumes do acervo ainda não foram totalmente catalogados e, até 12/08/2010 haviam sido devidamente registrados 681 volumes. Os gêneros disponíveis são variados, entre literários e um bom tanto de didáticos, já que as prisioneiras que frequentam a escola são, por enquanto, o público exclusivo dessa biblioteca.

Um aspecto que merece muito destaque nessa biblioteca é que a diretora procura incentivar ao máximo o hábito da leitura entre as alunas. A mesma inclusive adquiriu, solicitando doação de editora, várias coleções de livros clássicos da literatura, filosofia e outros com linguagem adaptada, letras maiores e alguns audiolivros. Uma vez por semana, a dirigente media pessoalmente uma Roda de Leitura, onde realizam e discutem trechos, capítulos, livros inteiros ou questões que

a leitura suscita. Tudo isso com o objetivo precípua de disseminar a prática da leitura entre as sentenciadas que frequentam a escola da unidade.

A gestora escolar mencionou ainda que existe a intenção de estender as atividades citadas e disponibilizar a biblioteca para todas as sentenciadas, mas isso vai depender de um maior entendimento com a direção da unidade prisional, pois - foi possível notar - há pouca ou nenhuma integração entre o trabalho da escola e da unidade penitenciária como um todo, havendo inclusive indícios de uma certa competição entre esses setores.

REGIÃO SUDESTE: RIO DE JANEIRO

Penitenciária Lemos de Brito

A Penitenciária Estadual Lemos de Brito está localizada no Complexo penitenciário de Bangu e é destinada ao cumprimento de penas longas para sentenciados do sexo masculino. Sua população é de 983 internos, sendo que a sua capacidade é para 600 homens. Do total dessa população, 200 alunos frequentam a escola da unidade, que funciona em pavilhão próprio do qual também faz parte a biblioteca.

Nessa unidade, o espaço literário é pequeno, mas muito organizado e limpo, não é muito bem ventilado, mas é bem iluminado. O acervo bibliográfico é composto por 962 volumes, adquiridos por meio de doação por parte da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, verbas federais (a direção não soube precisar a origem) e advinda do acervo pessoal do Prof. Ronaldo Mendes, responsável por e um verdadeiro “defensor” daquela biblioteca, que nos recebeu de forma cordial e atenciosa. Observe o ambiente na imagem abaixo:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações ocorridas nestes estabelecimentos são experiências muito interessantes e revelam todo o potencial que ações de incentivo à leitura podem realizar dentro de uma prisão. Porém, nenhuma delas é programática ou faz parte de uma política educacional ou penitenciária que contemple a leitura como atividade indispensável na formação de cidadãos críticos e conscientes. Infelizmente, ainda são ações isoladas, mesmo entre os profissionais que as realizam. Na Penitenciária Estadual de Maringá (PEM), por exemplo, não foi detectado qualquer indício de integração ou diálogo entre as atividades ocorridas no mesmo espaço escolar, que pode indicar mesmo uma competição entre os mediadores destas atividades. O caso do Rio de Janeiro (Penitenciária Feminina Talavera Bruce), que apresentou fortes indícios de falta de entendimento entre os responsáveis pela escola e bibliotecas, também evidencia essa situação.

Outra questão sobre as atividades pesquisadas é a ausência de registro adequado. Nos casos estudados, sobretudo em Assis, ao solicitarmos os projetos escritos, nos quais poderiam estar evidenciados os objetivos de cada ação, bem como suas bases conceituais, metodológicas etc., tivemos como resposta que não havia sido elaborado este importante registro, o qual poderia inclusive subsidiar

ações mais estruturadas. Um levantamento que compõe outra parte desta pesquisa revelou que quase metade das unidades pesquisadas (48%) não registram as atividades realizadas.

Os escassos registros existentes sobre as atividades desenvolvidas possuem características bem peculiares: por um lado, encontramos documentos acentuadamente burocráticos, como as listas de presença e formulários com o “conteúdo desenvolvido” durante as atividades que, por este prisma, são verdadeiras *aulas de leitura*. Por outro lado, temos também registrada a participação dos estudantes, por meio de seus textos e da elaboração de relatório nos quais têm a oportunidade de partilhar suas impressões sobre as atividades. Tais impressões podem fornecer dados preciosos para a avaliação do que foi realizado e em futuros planejamentos de atividades similares.

Em relação à atuação dos mediadores, cabem algumas observações: nas atividades descritas, observamos uma dicotomia: algumas ainda carregam traços da cultura educacional tradicional. É altamente questionável que ações de leitura sejam feitas no formato de “aula de leitura”, ainda mais quando essas aulas são centradas na figura das professoras, que escolhem os tipos de obras, textos e títulos a serem trabalhados. Qual teria sido o critério conceitual, teórico ou metodológico para estas escolhas, visto que não há projeto ou registro que descreva se houve, por exemplo, um levantamento prévio para ouvir os participantes quanto à suas preferências em termos de gêneros e títulos? Neste caso, tais escolhas parecem ter ficado sujeitos aos critérios pessoais das educadoras. Neste caso, não há rigorosamente mediação, ainda mais quando atentamos para o detalhe de que, em uma das atividades, a leitura era realizada pela professora, quando poderia ser feita também pelos alunos que, no caso, acabaram sendo meros ouvintes.

Por outro lado, projetos ricos como o *Leitura Ativa*, embora padeçam de um excesso de informalidade, constitui-se numa experiência que se utiliza de uma ‘metodologia’ mais ativa, em que a participação do grupo é não só permitida, mas é incentivada, motivada. Os impactos desse tipo de ação são perceptíveis, conforme ilustra esta afirmação de Aparecida de Lourdes Bernardino, uma das participantes do projeto:

Embora não exista um consenso teórico acerca do conceito de mediação, nos referimos a ele com base na ideia de que o educador que atua no papel de mediador

deverá organizar e incentivar a construção do conhecimento, sem deixar de considerar os saberes e as capacidades dos alunos, que devem protagonizar seu processo de formação, neste caso, o desenvolvimento do hábito leitor (ZILBERMAM, 2005).

Ao se examinar as situações apontadas a cima, percebemos que ainda persiste a situação relatada no documento Educando para a Liberdade, no qual, ao se fazer referência às ações educativas realizadas nas prisões brasileiras, usa-se a seguinte afirmação:

Esse cenário tem sido confrontado a partir de práticas improvisadas e voluntaristas que, em geral, dependem da concordância da direção de cada estabelecimento penal. Não existe uma aproximação entre as pastas da Educação e da Administração Penitenciária que viabilize uma oferta sistemática, com bases conceituais mais precisas (UNESCO, 2006).

Tudo o que foi apontado até este ponto, porém, não diminui a força das boas práticas que acabam sendo desenvolvidas no decorrer dessas ações e o forte potencial que têm. Mesmo com os limites apontados em sua mediação, os esforços dos educadores foram efetivamente capazes produzir resultados, os quais poderiam ser mais eficientes no caso de um planejamento, mediação e avaliação mais elaborados, integrados e que fossem partes integrantes de uma política estruturada, o que pode ser implementado no âmbito da elaboração dos Planos Estaduais de Educação em Prisões de cada Estado.

Cada Unidade da Federação deve cumprir esse compromisso, previsto desde a aprovação das Diretrizes para a Educação em Estabelecimentos Penais (CNE, 2010) e do Plano Estratégico para Educação em Prisões, de novembro de 2011, institucionaliza-se no Brasil a perspectiva de que a Educação em Prisões possa ser concebida, tratada e, portanto, avaliada, como uma política pública. A obrigatoriedade de que todos os estados federativos, com as especificidades que lhes são próprias, elaborem suas políticas para a oferta de Educação aos presos permite situar a Educação em prisões como uma das última e grande fronteira a ser enfrentada pela Educação brasileira. É neste contexto que o incentivo à leitura e a formação de leitores deverá estar previsto, sob o risco de que esse direito seja, mais

uma vez, marginalizado, ou mesmo ignorado.

Referências

ABREU, Márcia. **Cultura letrada**: literatura e leitura. São Paulo: Unesp, 2006.

ADORNO, Sérgio. **A prisão sob a ótica de seus protagonistas**: itinerário de uma pesquisa. São Paulo: Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, nº 3, v.1-2, p. 7-40, 1991.

BORDINI, M e AGUIAR, V. T. **A Formação do Leitor**: Alternativas Metodológicas. 2^a ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. **Mulher Encarcerada**: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

_____. **A importância do Ato de Ler**. São Paulo: Cortez, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução: Ligia M. Pondé Vassalo. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

FUNAP, **Presídios e Educação**. I Encontro de Monitores de Alfabetização de Adultos Presos do Estado de São Paulo. São Paulo: Funap, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Educação como Processo de Reabilitação**. In: MAIDA J. D. (org.). *Presídios e Educação*. São Paulo: FUNAP, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução: Dante Moreira Leite. 5^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

JAUSS, Hans. **A História da Literatura como provocação à Teoria Literária**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

KLEIMAN, A. **Descrevendo a leitura**. In: **Leitura**: ensino e pesquisa. Campinas, SP: Pontes, 2001;

LEME, José Antonio Gonçalves. **A cela de aula**: tirando a pena com letras. Uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios. Dissertação de Mestrado, Programa de Educação (Currículo), da PUC de São Paulo, 2002;

MOREIRA, Fábio. **A política de Educação de Jovens e Adultos em regimes de Privação da Liberdade no Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 2008;

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. **Educação de Adultos Presos**: Possibilidades e contradições da inserção da educação escolar nos programas de reabilitação do

Sistema Penal do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da USP, 2001.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras.** Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001. (Coleção Leituras do Brasil).

ROCHA, Luiz Carlos da. **A prisão dos pobres.** Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da USP, 1994.

ROJO, Roxane H. R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola, 2009.

RUSCHE, Robson Jesus. (Org.). **Educação de Adultos Presos: uma proposta metodológica.** São Paulo: FUNAP, 1995.

SILVA, Roberto da. **A eficácia sócio-pedagógica da pena da privação da liberdade.** Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da USP, 2001.

SILVA, Roberto da; MOREIRA, Fábio. **Objetivos educacionais e objetivos da reabilitação penal: o diálogo possível** São Paulo: Revista Sociologia Jurídica, nº 03 - Julho-Dezembro/2006.

SYKES, Gresham M. **The society of captives: a study of a Maximum Prison.** New Jersey, Princeton University Press, 1999.

ZILBERMAM, R. EZEQUIEL, T.S (Org). **Leitura: perspectivas interdisciplinares.** São Paulo: Ática, 2005.